



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Escola de
Magistratura

MANUAL DE ORGANIZAÇÃO

2024



ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Introdução

O presente roteiro para o desenvolvimento das ações educacionais da Escola de Magistratura propõe uma estrutura básica com foco em aprimorar os processos internos e que impactem tanto a estrutura quanto a forma de funcionamento da Escola, considerando as normas reguladoras do Conselho Nacional de Justiça, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, do Conselho da Justiça Federal e do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.

Normas que regulamentam as atividades da Escola de Magistratura

Do Conselho Nacional de Justiça

Resolução nº 507, de 07 de junho de 2023

Altera a Resolução CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Resolução nº 426, de 08 de outubro de 2021

Altera a Resolução CNJ nº 106/2010, que dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau.

Resolução nº 253, de 4 de setembro de 2018

Dispõe sobre a política institucional do Poder Judiciário de atenção e apoio às vítimas de crimes e atos infracionais. Alterada pela Resolução nº 386 de, 9 de abril de 2021.

Resolução nº 159, de 12 de novembro de 2012

Dispõe sobre as diretrizes administrativas e financeiras para a formação de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

Resolução nº 106, de 06 de abril de 2010

Dispõe sobre os critérios objetivos para aferição do merecimento para promoção de magistrados e acesso aos Tribunais de 2º grau. Texto compilado a partir da redação dada pela Resolução nº 426/2021.

Resolução nº 64, de 16 de dezembro de 2008

Dispõe sobre o afastamento de magistrados para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o artigo 73, inciso I, da Lei Complementar n.º 35, de 14 de março de 1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional).

Da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM**Resolução Enfam nº 8 de 11 de outubro de 2021**

Estabelece os critérios de pontuação ou valoração de aperfeiçoamento para promoção dos(as) magistrados(as) estaduais e federais.

Resolução Enfam nº 2 de 13 de julho de 2020

Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas para inclusão de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, indígenas e com deficiência nas atividades educativas da Enfam, em conformidade com a Resolução CNJ n. 203/2015.

Resolução Enfam nº 1 de 3 de abril de 2020

Estabelece normas excepcionais para as ações educacionais direcionadas aos magistrados federais e estaduais no período de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública decorrente da pandemia da Covid-19.

Resolução Enfam nº 6 de 7 de agosto de 2019

Aprova o Regimento do Programa de Mestrado Profissional na área de Direito da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Resolução Enfam nº 2 de 26 de abril de 2018

Institui o Banco Nacional de Formadores e estabelece os procedimentos para atuação de formadores certificados em cursos do programa de formação de formadores.

Resolução Enfam nº 7 de 7 de dezembro de 2017

Dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados.

Diretrizes Pedagógicas da ENFAM

Diretrizes Pedagógicas (Apêndice A | Apresentação sistematizada das Diretrizes Pedagógicas)

Diretrizes Pedagógicas (Apêndice B | Diretrizes Pedagógicas: Concepções e Práticas Avaliativas)

Instrução Normativa Enfam nº 1 de 3 de maio de 2017

Disciplina o credenciamento de cursos oficiais.

Resolução Enfam nº 1 de 13 de março de 2017

Disciplina a contratação e a retribuição financeira pelo exercício de atividade docente e pela participação em banca examinadora de curso de pós-graduação. (Redação dada pela Resolução Enfam nº 8 de 22 de outubro de 2020).

Resolução Enfam nº 2 de 8 de junho de 2016

Dispõe sobre os programas para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados e regulamenta os cursos oficiais para o ingresso, a formação inicial e o aperfeiçoamento de magistrados e de formadores.

Do Conselho da Justiça Federal

Resolução nº 481, de 3 de abril de 2018

Dispõe sobre a retribuição por atividade docente e participação em banca examinadora de concurso no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.

Resolução nº 410, de 30 de agosto de 2016

Dispõe sobre afastamento de magistrados da Justiça Federal para fins de aperfeiçoamento profissional, a que se refere o art. 73, I da Lei Complementar n. 35, de 14 de março de 1979, e para a participação em eventos promovidos por Escola de Magistratura Federal ou indicados no Plano Nacional de Aperfeiçoamento e Pesquisa – PNA.

Resolução nº 294, de 4 de junho de 2014

Dispõe sobre a concessão da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências. Alterada pela Resolução CJF nº 394, de 19 de abril de 2016, e pela Resolução CJF nº 482, de 3 de abril de 2018.

Do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 6ª Região

Estatuto da Escola de Magistratura Federal da 6ª Região